



REVISTA DIÁLOGOS MEDITERRÂNICOS

ISSN: 2237-6585

A UNIÃO MATRIMONIAL QUE TRANSCENDE À MORTE: A MEMÓRIA FUNERÁRIA DA RAINHA D. FILIPA DE LENCASTRE COMO UM PROJETO POLÍTICO DA DINASTIA DE AVIS

THE MATRIMONIAL UNION THAT TRANSCENDS DEATH: THE FUNERARY MEMORY OF QUEEN PHILIPPA OF LANCASTER AS A POLITICAL PROJECT OF THE AVIS DYNASTY

Hugo Rincón Azevedo¹

RESUMO

O artigo analisa a construção da memória funerária de D. Filipa de Lencastre (1360–1415) no contexto da consolidação da dinastia de Avis, destacando o matrimônio com D. João I como instrumento político fundamental no Portugal tardo-medieval. A pesquisa concentra-se na representação simbólica da soberana no Mosteiro da Batalha, inaugurado como *Locus Sepulcralis* da nova dinastia, e na idealização do vínculo conjugal como elemento central na legitimação régia. O estudo investiga as narrativas cronísticas de Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara, os epitáfios e os elementos iconográficos da arca tumular como fontes principais, abordadas em diálogo com a historiografia e os estudos sobre a memória coletiva. Problematicamos a edificação de narrativas sobre a “boa morte” da soberana, celebrada como expressão de santidade, destacando sua influência nas estratégias políticas e simbólicas da dinastia. Portanto, propomos analisar como a memória funerária de D. Filipa cristaliza um projeto dinástico que transcendeu sua vida, perpetuando a imagem de uma rainha cristã ideal no imaginário político português.

PALAVRAS-CHAVE: D. FILIPA DE LENCASTRE; DINASTIA DE AVIS; MEMÓRIA FUNERÁRIA.

ABSTRACT

This article examines the construction of the funerary memory of Queen Philippa of Lancaster (1360–1415) within the context of the consolidation of the Avis dynasty, highlighting her marriage to King John I of Portugal as a fundamental political instrument in late medieval Portugal. The research focuses on the symbolic representation of the queen at the Monastery of Batalha, inaugurated as the *Locus Sepulcralis* of the new

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás; Professor Adjunto da Pontifícia Universidade Católica de Goiás; Pesquisador Associado ao grupo “Sacralidades Medievais”.

A união matrimonial que transcende a morte – Azevedo

dynasty, and on the idealization of the matrimonial bond as a central element of royal legitimation. The study on the chronistic narratives of Fernão Lopes and Gomes Eanes de Zurara, epitaphs, and iconographic elements of the tomb as primary sources, approached in dialogue with historiography and studies on collective memory. The article also problematizes the construction of narratives surrounding the queen's “good death,” celebrated as an expression of sanctity, and highlights its influence on the political and symbolic strategies of the dynasty. Ultimately, we propose that Queen Philippa’s funerary memory crystallized a dynastic project that transcended her lifetime, perpetuating the image of an ideal Christian queen within the Portuguese political imagination.

KEYWORDS: QUEEN PHILIPPA OF LANCASTER; AVIS DYNASTY; FUNERARY MEMORY.

Introdução.

O casamento desempenhou um papel central nas estratégias de poder das elites ao longo da Idade Média. Mais do que uma união pessoal, os matrimônios régios eram ferramentas fundamentais para consolidar alianças políticas, garantir a sucessão dinástica e fortalecer a legitimidade dos governantes. No caso de Portugal, o casamento entre o rei D. João I (1357 – 1433) e D. Filipa de Lencastre (1360 – 1415)², celebrado em 1387, é um exemplo emblemático de como esses vínculos matrimoniais foram instrumentalizados para atender às necessidades políticas e simbólicas da dinastia de Avis.

Nosso estudo propõe investigar como a união entre os monarcas não apenas selou a aliança com a Inglaterra durante o contexto delicado da crise sucessória de 1383-1385³, mas também se tornou um pilar para a construção de um modelo de poder régio idealizado. D. Filipa, como rainha consorte, desempenhou um papel essencial nesse

² D. Filipa de Lencastre nasceu no dia 31 de março de 1360, no Castelo de Leicester, na Inglaterra. A rainha tinha descendência das Casas reais da Inglaterra e da França, e de grandes famílias nobres europeias. Seu pai, João de Gante, o duque de Lencastre, era o quarto filho do Rei Eduardo III da Inglaterra e de D. Filipa de Hainault. Seus avós maternos, pais de Dona Branca, eram a Dona Isabel Beaumont e o duque de Lencastre anterior ao seu pai, Henrique de Frosmont, de quem João de Gante herdou o ducado. A soberana descendia da prestigiada Dinastia dos Plantagenetas e da linhagem dos Lencastres, que era uma ramificação da primeira, além de manter um grau de parentesco com outras casas nobiliárquicas europeias da época.

³ Após a morte de D. Fernando em 1383, o último monarca português da Casa de Borgonha, desencadeou-se uma crise sucessória no reino, marcada pela disputa entre diversos pretendentes ao trono. O rei falecido deixou como herdeira apenas uma filha, casada com o rei de Castela, Juan I, que reivindicou o trono português e invadiu o território para assegurar seu domínio. Diante dessa situação, uma parcela da sociedade portuguesa voltou-se para D. João, Mestre da Ordem de Avis e irmão bastardo de D. Fernando, como o candidato mais apto a assumir o trono, especialmente por ser o único dos meios-irmãos do monarca que permanecia em Portugal. Em 1384, na cidade de Lisboa, D. João foi proclamado Regedor e Defensor do Reino, liderando a resistência portuguesa contra Castela. No ano seguinte, em 1385, foi eleito rei nas Cortes de Coimbra. Poucos meses depois, consolidou sua posição ao derrotar as forças de Juan I na emblemática Batalha de Aljubarrota, assegurando a independência do reino e inaugurando a dinastia de Avis. Sobre o processo crise dinástica portuguesa e a ascensão da Dinastia de Avis, ver: FERNANDES, Fátima Regina. *Portugal, 1385, quando um reino fez seu rei*. Jundiaí - SP: Paco Editorial, 2018.

A união matrimonial que transcende a morte – Azevedo

projeto, sendo apresentada nas crônicas de Fernão Lopes⁴ e Gomes Eanes de Zurara⁵ como uma figura exemplar – uma rainha cristã devota, esposa fiel e mãe virtuosa.

Nossa pesquisa se concentra em um aspecto específico dessa construção simbólica: a memória funerária da rainha no Mosteiro da Batalha. Sepultada ao lado de D. João I na Capela do Fundador, D. Filipa foi eternizada em um monumento que destaca o ideal de “união matrimonial que transcende à morte”. O gesto das mãos entrelaçadas nas esculturas tumulares, por exemplo, simboliza a comunhão espiritual e política do casal, reforçando a imagem de uma dinastia virtuosa e unida.

Como se fundamentava o poder da realeza por meio das representações sobre a morte? Acreditamos que esse processo se fundamentou na construção e na evocação de memórias que edificaram um projeto político e contribuíram significativamente para a legitimação da Dinastia de Avis. Assim, os conceitos de *memória*, *memória funerária* e de *lugares de memória* são pontos cardeais para a análise das fontes em nosso artigo. Como bem analisaram Chris Wickham e James Fentress⁶, a memória é um processo complicado, não se tratando de um simples ato mental. Observa-se essa questão a partir de seus sinônimos, como *rememorar*, *recordar*, *reconhecer*, *evocar*, *registrar*, *comemorar* etc., que demonstram que o conceito de *memória* é amplo e engloba desde uma sensação mental privada e espontânea a uma solene cerimônia pública. É nessa última perspectiva que abordamos esses conceitos ao longo do texto, entendendo a

⁴ O cronista Fernão Lopes nasceu em Lisboa entre os anos de 1380 e 1390. Provindo de uma família de artesãos, serviu na corte de D. João I, sendo nomeado guarda-mor da Torre do Tombo pelo rei em 1418. Entre as décadas de 1430 e 1440, escreveu a crônica de D. João I, sob encomenda do rei D. Duarte. Função que cumpriu até por volta de 1449, quando foi substituído por Gomes Zurara. Lopes faleceu no ano de 1460 na cidade de Lisboa. Referente ao primeiro volume da crônica de D. João I, utilizamos a edição crítica seguindo o Códice nº 352 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*. Introdução de Humberto Baquero Moreno. Prefácio de António Sérgio. Porto: Livraria Civilização, 1991. v.1. Sobre o segundo volume da crônica, utilizamos a edição crítica preparada por M. Lopes de Almeida e A. Magalhães Basto, seguindo o códice inédito da Biblioteca Pública de Évora confrontado com o texto impresso de 1644 e outras versões quinhentistas dessa crônica, presentes nas bibliotecas da Universidade de Coimbra e na Municipal do Porto. Ver LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*. Edição preparada por M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto. Barcelos: Oficinas Gráficas da Companhia Editora do Minho, 1990, v. 2.

⁵ Gomes Eanes de Zurara (1410 - 1474) foi um cronista português que substituiu Fernão Lopes, a partir de 1454, como guarda-mor da Torre do Tombo. O cronista foi o responsável pela escrita da terceira parte da crônica de D. João I, narrando a conquista da cidade de Ceuta em África. Utilizamos a edição publicada pela Academia de Ciências de Lisboa no ano de 1915 por Francisco Maria Esteves Pereira, seguindo os manuscritos nº 368 e 355 do Arquivo Nacional. ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da tomada de Ceuta por El Rei D. João I*. Publicada por ordem da Academia das Ciências de Lisboa segundo os Manuscritos nº 368 e 355 do Arquivo Nacional por Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915.

⁶ FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *Memória social*. Lisboa: Teorema, 1992.

A união matrimonial que transcende a morte – Azevedo

memória como uma categoria de construção coletiva, cultural, política e social. Para tanto, utilizaremos como referência os estudos de Maurice Halbwachs⁷, Joël Candau⁸, Pierre Nora⁹, Jacques Le Goff¹⁰, David Nogáles Rincón¹¹ e José Manuel Nieto Soria¹².

Para compreender como essas memórias foram construídas e mobilizadas, nossa investigação adota como fontes principais as crônicas régias, os epitáfios e as representações escultóricas do casal. Essas fontes são analisadas em diálogo com a historiografia contemporânea, que tem enfatizado o papel dos símbolos e das representações culturais na legitimação do poder régio. Assim, objetivamos explorar como o casamento de D. João I e D. Filipa de Lencastre foi instrumentalizado para consolidar a dinastia de Avis, tanto em vida quanto na morte. Além disso, busca-se compreender como a memória funerária da rainha foi utilizada para reafirmar a continuidade dinástica e perpetuar um ideal régio. O Mosteiro da Batalha, enquanto espaço simbólico e dinástico, desempenha um papel central nessa narrativa, tornando-se não apenas um panteão real, mas também um palco de legitimação do poder régio.

Ao situar-se no cruzamento entre a história política e cultural, esta investigação contribui para o entendimento de como os vínculos matrimoniais, mais do que meros arranjos sociais, foram elementos essenciais na construção de projetos dinásticos e de identidade política no medievo ibérico.

A memória funerária de Filipa de Lencastre: a “morte santa” de uma rainha exemplar.

Primeiro membro da família real a ser sepultada no Panteão da Batalha em 1416, a rainha Dona Filipa de Lencastre e o seu papel na construção simbólica da Dinastia de Avis são tema de estudos recentes, da sua influência no reinado de seu marido a como ela moldou o ambiente cultural e político de Portugal do final do século XIV aos primeiros anos de quatrocentos.¹³ Nas crônicas, especialmente as de Fernão Lopes e de Gomes

⁷ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

⁸ CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2018.

⁹ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História da PUC-SP*, v. 10, p. 7 - 28, 1993.

¹⁰ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

¹¹ NOGÁLES RINCÓN, David. La memoria funeraria regia en el marco de la confrontación política. In: NIETO SORIA, José Manuel (Dir.). *El conflicto en escenas: La pugna política como representación en la Castilla Bajomedieval*. Madrid: Sílex: 2010. p. 323 - 355.

¹² NIETO SORIA, José Manuel. *Ceremonias de la realeza: propaganda y legitimación en la Castilla Trastámara*. Madrid: Editorial Nerea, 1993.

¹³ Referimo-nos as biografias da rainha D. Filipa escritas por Maria Helena da Cruz Coelho e Manuela Santos Silva. Ver: COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. Filipa de Lencastre. A inglesa Rainha, 1360-1415*.

A união matrimonial que transcende a morte – Azevedo

Zurara, a soberana, para além do papel de rainha, esposa e mulher cristã, simbolizava a paz em meio à guerra, a esperança em meio ao caos¹⁴, gerando a D. João I oito filhos, seis homens e destes, cinco chegaram à vida adulta, um símbolo de fertilidade que garantiria a sucessão da dinastia, o grave problema causado pela crise dinástica de 1383 - 1385 em que D. João se tornara rei.

Maria Helena Coelho¹⁵ afirma que Dona Filipa cumpriu um dos mais importantes papéis atribuídos a uma rainha: gerou vários herdeiros e assim garantiu a continuidade da nova dinastia. A soberana foi “um caso singular de mulher fértil em tempos medievais”, casando-se aos 27 anos de idade, conseguiu conceber até os 42 anos de idade, dando à luz a oito filhos. Desses, seis chegaram à vida adulta, os cinco varões, Duarte (que sucederia o pai como rei), Pedro, Henrique, João e Fernando, garantindo a herança do trono português. Ela gerou ainda uma filha mulher, Isabel, que após a sua morte a substituiria, desempenhando o seu papel político e social. Assim a descrevia o cronista Fernão Lopes ao afirmar que D. Filipa, junto a D. João I, conceberam uma “formosa geração de bemaventurados e virtuosos filhos”.¹⁶

D. Filipa teve, conforme os relatos, uma forte atuação no governo de seu marido, sendo responsável pelo “séquito feminino” da Corte, além de organizar importantes alianças políticas com a nobreza e com os outros reinos. O principal papel político da rainha na Corte de Avis se manifestava na missão de ser a cabeça do séquito feminino: Dona Filipa deveria ser o exemplo a ser seguido, em comportamento e valores. O seu papel era o de ser “senhora, mãe e educadora”, modelando as práticas e as normas de condutas das jovens donzelas do reino. O protagonismo da rainha com o séquito feminino na corte seria o polo reprodutor das “condutas morais, aristocráticas e cultas que

1. ed. Vila do Conde: QuidNovi, 2011.; e SILVA, Manuela Santos. *A Rainha Inglesa de Portugal. Filipa de Lencastre*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012. Entre a produção historiográfica brasileira, destacamos a Tese de Doutorado de Raquel Hoffman. Ver: HOFFMANN, Raquel. *Filipa Rainha: D. Filipa de Lencastre e o processo de legitimação da Dinastia de Avis*. Tese (Doutorado em História). 370f. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2019. Sobre a memória funerária da monarca associada à Dinastia de Avis, mencionamos também nossa Tese de Doutorado: AZEVEDO, H. R. *Morte e poder: o Mosteiro da Batalha e a construção da memória funerária de Avis no contexto Ibérico (Século XV)*. 2021. 376 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

¹⁴ AZEVEDO, H. R. Um símbolo de paz em meio a guerra, de esperança em meio ao caos: memórias idealizadoras de D. Filipa de Lencastre nas narrativas de Fernão Lopes e Gomes Zurara. In: *Anais da XVI Semana de História da UFG – “História, Cinema e Narrativas Audiovisuais”*. Goiânia: Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, 2017.

¹⁵ COELHO, Maria Helena da Cruz. Memória e propaganda legitimadora do fundador da monarquia de Avis. In: NOGUEIRA, Carlos. (Org.) *O Portugal Medieval: Monarquia e Sociedade*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 61 – 79, p. 64.

¹⁶ LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, 1990, v. 2, p. 226.

A união matrimonial que transcende a morte – Azevedo

revitalizariam o Reino, fidelizando os súbditos ao poder, cada vez mais encenado e ritualizado, do seu rei e senhor”.¹⁷

A soberana teria também desempenhado um importante papel no que viria a ser a Conquista de Ceuta¹⁸ poucos dias após a sua morte, não apenas por seus conselhos para o rei e os seus filhos, mas pela influência simbólica que exerceria na empreitada. Conforme Zurara, enquanto tomava a decisão se deveria ou não mandar uma expedição a Ceuta, D. João afirmou que sua ação só aconteceria caso tivesse a aprovação da rainha, considerando acerca dos planos para conquistar Ceuta, tinha “dous muy grandes impedimentos. O primeiro he a Rainha minha sobre todos mujto preçada e amada molher, a quall por que sse ella em este feito nom da comssetimento”.¹⁹

Dentre os papéis construídos sobre a imagem da soberana, Fernão Lopes e Gomes Zurara reforçaram a temática de um modelo exemplar de rainha, baseado na sua “eleição” por D. João I e na contraposição com a rainha Dona Leonor, consorte do rei D. Fernando (1367 – 1383). Na narrativa de Fernão Lopes, a construção da imagem idealizada da rainha antecedeu o casamento com D. João I, pois a futura rainha não a seria apenas por matrimônio estabelecido por meio de um tratado de aliança, ela seria mais que isso, seria escolhida pelo monarca. Assim o cronista voltara-se para a analogia, como D. João se tornou rei por meio de uma eleição²⁰, Dona Filipa era também uma rainha eleita por seu

¹⁷ COELHO, Maria Helena da Cruz. *Op. Cit.*, 2011, p. 51.

¹⁸ A conquista de Ceuta pelos portugueses em 1415, descrita na *Crônica da Tomada de Ceuta* por Gomes Eanes de Zurara, foi um evento de grande importância simbólica e estratégica para o reino de Portugal. A narrativa de Zurara enfatiza o caráter heroico e cristão da expedição, apresentando-a como uma cruzada contra os mouros, alinhada ao ideal de guerra santa. A crônica destaca o papel central de D. João I e de seus filhos – os infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique – na organização e liderança da campanha, retratando-os como exemplos de virtude e coragem. Além da motivação religiosa, a conquista também buscava afirmar o poder da dinastia de Avis e inaugurar uma nova era de expansão portuguesa. Sobre a conquista de Ceuta, ver a obra DUARTE, Luís Miguel. *Ceuta, 1415*. Lisboa: Livros Horizonte, 2015.; e o estudo ORTA, Daniel Augusto Arpelau. *Tomada de Ceuta: uma Batalha em fim de época*. In: GUIMARÃES, Marcella Lopes (Org.). *Por São Jorge! Por São Tiago! Batalhas e Narrativas Ibéricas Medievais*. Curitiba: Ed. UFPR, 2013. p. 157 - 195.

¹⁹ ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. Cit.*, p. 60.

²⁰ A eleição de D. João I como rei nas Cortes de Coimbra em 1385 representou um momento decisivo na crise sucessória portuguesa após a morte de D. Fernando. Conforme narrado por Fernão Lopes na *Crônica de D. João I*, o evento consolidou a legitimidade do Mestre de Avis como monarca, fundamentada em seu papel como defensor da independência do reino contra as pretensões de Castela e na sua liderança durante os conflitos políticos e militares que se seguiram. A narrativa de Lopes destaca o apoio popular ao Mestre, bem como o papel central das elites urbanas e de setores da nobreza no processo. De acordo Fátima Regina Fernandes, a escolha de D. João I refletiu não apenas uma solução política para o impasse dinástico, mas também uma articulação coletiva em torno da construção de uma nova identidade política, que consolidava a dinastia de Avis como símbolo da autonomia portuguesa. A eleição foi seguida pela vitória na Batalha de Aljubarrota, em agosto do mesmo ano, o que reforçou a soberania do reino e garantiu a estabilidade da nova dinastia. Ver: FERNANDES, Fátima Regina. *Op. Cit.*

A união matrimonial que transcende a morte – Azevedo

marido. Nas Cortes de Coimbra (1385), no discurso feito após a sua aclamação, D. João afirmou que no que se tratasse sobre o matrimônio régio, demandava sua livre vontade para decidir como e com quem se casaria. O monarca se justificava usando como exemplo o casamento de D. Fernando com Dona Leonor Teles, afirmando que casamentos feitos por obrigação traziam grandes problemas ao reino.²¹ Assim, D. João elegeria para si como esposa Dona Filipa de Lencastre, quem representaria a paz e a aliança, ao contrário de uma união com a meia-irmã da dama, D. Catarina de Lencastre, quem representaria a continuidade da guerra contra Castela.²²

Fernão Lopes descrevia uma concepção de modelo de consorte régia perfeita, que, em seus “perfeitos costumes”, seria de grande exemplo a ser ensinado para todas as mulheres do reino, independente de qual grupo social pertencessem. Podemos observar também na descrição das virtudes de Dona Filipa, que o cronista colocara as suas qualidades em oposto aos defeitos da “grande vilã” do primeiro volume dessa obra, a rainha Dona Leonor Teles, consorte do rei D. Fernando, cujas ações, na narrativa, quase levaram Portugal a perdição. Desse modo, a segunda representaria o antimodelo de consorte régia, enquanto Dona Filipa seria a rainha “perfeita”.²³

Para além das características citadas, era esse ideal de modelo exemplar de rainha evocado por Gomes Eanes de Zurara na sua narrativa sobre a morte de D. Filipa, talvez o principal relato dos momentos finais da soberana. Os eventos aparecem na *Crônica da Tomada de Ceuta*, entre os capítulos 39 e 46. O cronista relacionou os momentos finais da vida da monarca como decisivos no sucesso que a empresa marroquina viria a ter, desde a consagração dos infantes aos sinais da boa morte, da santidade e da bem-aventurança que a consorte de D. João I teria demonstrado antes de falecer.

No início da expedição de 1415, enquanto o monarca e os infantes se preparavam para a viagem à Ceuta, a rainha adoeceu atingida pela peste. Conforme Zurara, D. Filipa estava fragilizada também devido à prática exacerbada de jejuns e vigílias, apesar das recomendações dos físicos de que os exageros fariam mal para a saúde.²⁴ No mês de julho, retirou-se ao Mosteiro de Odivelas, onde passou seus últimos dias de vida. Temendo o

²¹ LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, 1990. v. 2, p. 6.

²² LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, 1990. v. 2, p. 225.

²³ SILVA, Manuela Santos. A construção coeva da imagem de Filipa de Lencastre como uma "santa rainha". In: REFFOIOS, Margarida; SANTOS, Elisa Nunes; VILELA, Ana Luísa (Orgs.). *Representações do mito na História e na Literatura*. Évora: Universidade de Évora, 2014, p. 137 – 147, p. 137.

²⁴ ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. Cit.*, p. 117.

A união matrimonial que transcende a morte – Azevedo

pior, mandou chamar seus filhos com a intenção de armá-los cavaleiros de Cristo. Aos infantes D. João e D. Fernando, ainda muito jovens, com 15 e 12 anos respectivamente, não foi permitido que permanecessem próximos à mãe, devido ao grande risco de contágio da doença. Mas os filhos mais velhos, D. Duarte (1391 – 1438), D. Pedro (1392 – 1449) e D. Henrique (1394 – 1460), permaneceram ao lado da mãe, especialmente o herdeiro, que buscou os melhores físicos e cirurgiões do reino.²⁵

Uma característica essencial para a ideia de boa morte era manifestada pela rainha: D. Filipa pressentiu a morte chegar. Ao tomar conhecimento que o seu fim estava próximo, a soberana ordenou que lhe trouxessem uma cruz de madeira, a que atribuíam ser o crucifixo do Lenho da Cruz, partindo-o em quatro pedaços, deu uma parte para os três infantes, guardando a última para o rei D. João. Conforme Zurara, posteriormente rogou aos filhos que recebessem essa preciosa relíquia, que por vontade de Deus, seria o escudo perfeito para defendê-los dos perigos da alma e do corpo contra qualquer inimigo, especialmente os que estavam por enfrentar em África.²⁶

O ato profundamente simbólico, em vésperas da “cruzada” de Ceuta, tornava os infantes em Cavaleiros de Cristo, com o dever de lutar contra aqueles que o renegavam.²⁷ A intenção de Zurara era clara: se D. Duarte no epitáfio da soberana e Fernão Lopes na crônica de D. João I haviam evocado um ideal exemplar de rainha na imagem de D. Filipa, como uma virtuosa cristã, mãe, esposa e educadora, acumulava também na narrativa de Zurara como a idealizadora de um projeto expansionista, que direcionava ainda o papel dos infantes, tornando-se uma agente fundamental da legitimação da dinastia.²⁸

Zurara atentou-se em problematizar o comportamento dos homens diante da morte. O morrer, para o cronista, era umas das coisas mais difíceis entre todas as coisas do mundo, “homde teem mujtos que as almas ssom assy apressadas com as infernais uições, que lhe alli apareçem, que o espanto lhe faz perder a verdadeira fortaleza”.²⁹

Os momentos que acompanhavam o morrer tornavam-se terríveis quando seguidos de “visões infernais”, como se o moribundo iniciasse ainda em vida sua jornada ao outro mundo, vivenciando em seu leito de morte uma fase “pré-purgatório”.³⁰ D. Filipa

²⁵ COELHO, Maria Helena da Cruz. *Op. Cit.*, 2011, p. 79.

²⁶ ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. Cit.*, p. 126.

²⁷ COELHO, Maria Helena da Cruz. *Op. Cit.*, 2011, p. 80.

²⁸ COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. João I, o que re-colheu Boa Memória*. Lisboa: Temas e Debates, 2008, p. 238.

²⁹ ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. Cit.*, p. 136.

³⁰ Sobre o tema, ver: LE GOFF, Jacques. *O nascimento do purgatório*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

A união matrimonial que transcende a morte – Azevedo

enquanto uma “rainha santa” e bem-aventurada, eleita por Deus, não poderia compartilhar de tal situação. O cenário da sua morte narrado por Zurara distanciava-se das visões infernais e, pelo contrário, a soberana teria recebido a visita da Virgem, anunciando a sua salvação: “esta Rainha Dona Fellipa, que estando naquele pomto que já ouuiestes, lhe apareço nossa Senhora pera lhe dar uerdareyro esforço pera passagem daquela hora forte” e essa presença teria concedido a soberana um semblante “todo cheo de graça, o quall todos uisiuellmente conheçiam que era spirituall, juntamdo suas mãos, como teemos em costume de fazer quamdo ueemos o corpo do Senhor”, e então rogou a Virgem “gramdes louvores sejam dados a uos minha Senhora, porque uos prouue do alto me uijrdes uisitar. E assy filhou a rooupa que tijinha sobre ssy, e a beyiou, como sse beyasse huña paz”.³¹

A rainha recebeu os últimos sacramentos e foi ungida, diagnosticada pelos físicos que teria menos de um dia de vida. Chegando o dia de seu passamento, 18 de julho de 1415, D. Filipa ordenou que se realizasse o ofício dos mortos, no qual seguiu atenta, corrigindo os erros dos clérigos. Isso aponta também a demonstração de lucidez no leito de morte, uma característica importante não apenas da boa morte, mas daqueles que partiram para o além-mundo como um eleito e com garantias de sua salvação. Realizados os ofícios póstumos, a monarca entregou sua alma a Deus com “um sorriso nos lábios”. Novamente Zurara teorizava o comportamento humano na hora da morte: o cronista evocava os Doutores da Igreja, afirmando que “o homem que dereitamente da de uiuer, uenha a este mundo chorando, e se parta dele rrijmdo”.³² O cronista enfatizava que D. Filipa partia desse mundo sorrindo, sinal da boa morte de uma rainha exemplar e de sua representação nos destinos do reino e no futuro da Casa de Avis.

As condições climáticas adversas do verão de 1415, marcadas por um intenso calor, somadas ao estado precário de conservação do corpo da soberana, afetado pelos avanços da peste, tornaram necessário o apressamento de seu enterro no Mosteiro de Odivelas no próprio dia de seu falecimento. Zurara registrou que o sepultamento de D. Filipa foi realizado de maneira rápida e discreta, um cerimonial fúnebre que pouco condizia com a dignidade e o prestígio da rainha. Em sua crônica, o autor relatou sucintamente que os infantes e os grandes senhores do reino participaram da cerimônia,

³¹ ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. Cit.*, pp. 136 - 137.

³² ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. cit.*, p. 139.

A união matrimonial que transcende a morte – Azevedo

todos trajando burel em sinal de luto e dor. O simples cortejo, justificou Zurara, não seria tão grandioso neste mundo quanto certamente seria no outro.

A simplicidade da cerimônia fúnebre da rainha foi um dos motivos que levariam no ano seguinte, em 1416, o rei D. João mandar fazer a transladação dos restos mortais de Dona Filipa para o Mosteiro da Batalha, ato que marcou a escolha do lugar como Panteão Régio da dinastia. Gonçalo Lourenço, escrivão de D. Afonso V (1438 – 1481), descreveu o cerimonial de transladação dos restos mortais de D. Filipa de Lencastre para o seu túmulo na Batalha: D. João I, acompanhado dos filhos, convocou a nobreza e a clerezia composta por “nobres condes e cavaleiros e ricos homees e fidalgos dos seus senhorios e outrossi muitos honrrados e discretos bispos e abades e priores de sua terra e muito clérigos [...] dos seus Regnos” para “trasladarem aa mujto alta e noble ilustrixima sua molher dona Philipa Rainha dos dictos Regnos em cuja gloria Deus acreçente, do Moesteiro d Odivelas onde primeiramente foy sopultada ao dicto Moesteiro de Sancta Maria da Batalha”³³

D. João proporcionou à sua esposa o funeral digno de sua condição régia, que a rainha não recebera no dia de sua morte, como afirmara Gomes Zurara. A memória funerária de Dona Filipa de Lencastre encontrou sua maior expressão na arca sepulcral erguida na Capela do Fundador, no Mosteiro da Batalha, destinada a abrigar os restos mortais da soberana e de seu consorte. Nesse monumento, destaca-se um elemento simbólico central: o toque das mãos direitas do rei e da rainha. Esse gesto, esculpido em pedra, representava a comunhão e a união que se buscava eternizar.

³³ Documento publicado em GOMES, Saul Antônio (org.). *Fontes históricas e artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha: Séculos XIV- XVI*. Batalha: IPPAR. 2002, v. 1, doc. 35, p. 93.



Figura 1. O toque das mãos representado nos jacentes de D. João I e de Dona Filipa de Lencastre.³⁴

No simbolismo iconológico, o casal régio unia suas mãos reforçando a *maritalis affectio* da união matrimonial, no casal perfeito, que dera origem a uma linhagem virtuosa, a “*Ínclita Geração*”, que os acompanhava sepultada na mesma capela. Nesse sentido, Paul Binski (1996, p. 105) afirma que “*marriage itself is increasingly thematized on late-medieval tombs, typically by the introduction of double effigies of man and wife, often holding their right hands*”.³⁵ O gesto esculpido no monumento reforçava o que se pretendia deixar para a posteridade, preservava e idealizava as memórias do casal real, do rei fundador e de sua rainha.

O modelo de memorial funerário voltado para a idealização do casal régio era utilizado também no monumento de D. Duarte e de D. Leonor de Aragão na Batalha. Frei Luís de Sousa³⁶ relatou o posicionamento do túmulo conjugal dos reis, que na época se inseria no centro da Capela-mor do convento.³⁷ Conforme o clérigo, “no meyo da

³⁴ Arquivo Pessoal (Foto do Autor). Vila da Batalha, Portugal.

³⁵ BINSKI, Paul. *Medieval Death*. Avon: The Bath Press, 1996, p. 105.

³⁶ SOUSA, Fr. Luís de. *História de São Domingos*. Lisboa: Na Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1767, p. 623.

³⁷ Durante séculos a arca tumular do rei D. Duarte permaneceu na Capela-mor do reino até a sua trasladação para as Capelas Imperfeitas no século XX. Sobre essa questão, de acordo com Saul Gomes “após o desmantelamento do retábulo-mor [...], chegaria a vez, em 1940, de o túmulo de D. Duarte e sua mulher ser mudado para as Capelas Imperfeitas. O ato foi assinalado pela abertura do túmulo, de que foi lavrado um auto, firmado pelo Diretor dos Monumentos Nacionais, pelo Presidente da Câmara Municipal da Batalha e pelo Presidente da Comissão Concelhia da União Nacional. Saía, assim, o último e, ao mesmo tempo, mais antigo, elemento do contexto cristalizado ao longo de séculos na capela-mor, para um espaço que nunca foi consagrado, ficando, aliás, o túmulo na orientação oposta à canônica, certamente por conveniência cenográfica”. GOMES, Saul António; REDOL, Pedro (Coords.). *Lugares de Oração no Mosteiro da Batalha*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural, 2015, p. 45).

A união matrimonial que transcende a morte – Azevedo

Capellamór logo abaixo dos degraus do altar jazem el Rey dom Duarte, e a Rainha dona Lianor fua molher em duas grandes caixas do mefmo mármore”. Em seguida, a narrativa apontava o reforço do ideal matrimonial representado no toque das mãos direitas pelos jacentes reais, estando a efigie do rei “com a maõ direita travada com a direita da rainha: a efquerda del sobre huma acha de armas, e a da Rainha occupada com hum livro”, assim como ocorreu no memorial funerário de D. João I e de Dona Filipa no mesmo cenóbio.



Figura 2. Jacentes dos reis D. Duarte e Dona Leonor de Aragão na sua arca tumular nas Capelas Imperfeitas do Mosteiro da Batalha.³⁸

Joana Râmoa e Vieira da Silva³⁹ afirmam que as características artísticas da arca tumular do Rei *Eloquente* e de sua esposa seguiam padrões estéticos similares ao sepulcro dos pais do monarca. A imitação do gesto das mãos dadas sugeria a mesma intenção de reforçar que a idealização do matrimônio tinha se tornado parte da retórica e das atribuições da realeza.⁴⁰ Pedro Redol e Orlindo Jorge⁴¹ defendem que essa representação não era comum em sepulcros não ingleses e que no reino português apareceu pela primeira vez nas esculturas funerárias de D. João I e de D. Filipa.

³⁸ Arquivo Pessoal (Foto do Autor). Vila da Batalha, Portugal.

³⁹ RAMÔA, Joana; SILVA, José Custódio Vieira da. O retrato de D. João I – um novo paradigma de representação. *Revista de História da Arte*, nº 5. Lisboa: Instituto de História da Arte, Universidade Nova de Lisboa, p. 76 - 95, 2008.

⁴⁰ BARKER, Jessica. *Monuments and marriage in late medieval England: origins, function and reception of double tombs*. London: Courtauld Institute of Art, 2005, p. 45.

⁴¹ JORGE, Orlindo; REDOL, Pedro. O panteão régio da batalha: propaganda, inovação e identidade (1415-1515). *Arqueologia & História*. Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses. v. 69, p. 185 - 201, 2017, p. 190.

A união matrimonial que transcende a morte – Azevedo

Como demonstraram Paul Binski⁴² e James Curl⁴³, na Inglaterra, a dinastia dos Plantagenetas utilizou da memória funerária como um significativo mecanismo da construção e da propagação do poder régio. De acordo com Binski, a partir do século XIV, a arte tumular inglesa passou a expressar os laços de linhagem desenvolvidos pelo reforço imagético, o que se pode perceber por meio de vários elementos como “*portraiture, devotional imagery and 'affective' elements tied to the ideia of the Family*”⁴⁴ personalizando os túmulos. Percebe-se essa questão no monumento funerário de Eduardo III de Inglaterra (+ 1377), avô de D. Filipa de Lencastre, em que se ostentava a imagem de rei virtuoso e heroico, expressando também a ideia de *pater familias*, ao esculpirem-se crianças agarradas ao sepulcro.⁴⁵

Binsk⁴⁶ afirma que a mais antiga representação do *maritalis affectio* preservada até os dias de hoje encontra-se nas esculturas tumulares de Ricardo II (+1400) e Ana da Boêmia (+1394), localizadas na Abadia de Westminster. Essa manifestação artística também é evidente no monumento funerário de Henrique IV (+1413) e Joana de Navarra (+1437), na Catedral de Cantuária. Esses monarcas eram parentes próximos de Dona Filipa: Henrique IV era seu primo, e Ricardo II, seu irmão.

Acredita-se que a rainha de Portugal tenha conhecido o túmulo de seus pais, João de Gante e Branca de Castela, onde também se perpetuava o discurso simbólico da união matrimonial. Nesse contexto, Redol e Orlindo Jorge sugerem que os túmulos dos reis ingleses influenciaram diretamente a concepção do projeto artístico-funerário da Casa de Avis no Mosteiro da Batalha. Segundo os autores, “o programa para este monumento [...] é certamente o resultado da concertação de intenções entre D. Filipa, D. João I e D. Duarte”.⁴⁷

No seu jacente tumular, D. Filipa foi representada com a cabeça coroada e vestida com uma túnica ajustada por um cinto, segurando na mão esquerda um livro, símbolo de suas habituais leituras de livros de horas e orações, além de sua reconhecida cultura.⁴⁸

⁴² BINSKI, Paul. *Westminster Abbey and the Plantagenets: Kingship and the Representation of Power, 1200-1400*. New Haven: Yale University Press, 1995.

⁴³ CURL, James Stevens. *A Celebration of Death: Na Introduction to Some of the Buildings, Monuments, and Settings of Funerary Architecture in the Western European Tradition*. Bath: The Bath Press, 1993.

⁴⁴ BINSKI, Paul. *Medieval Death*. Avon: The Bath Press, 1996, p. 105.

⁴⁵ BINSKI, Paul. *Op. Cit.*, 1996.

⁴⁶ BINSKI, Paul. *Op. Cit.*, 1996.

⁴⁷ JORGE, Orlindo; REDOL, Pedro. *Op. Cit.*, p. 190.

⁴⁸ COELHO, Maria Helena da Cruz. *Op. Cit.*, 2008, p. 388.

A união matrimonial que transcende a morte – Azevedo

Assim como no caso de D. João I⁴⁹, o rosto da rainha foi idealizado, apresentando traços que não correspondiam ao estado real de sua aparência no momento de sua morte.⁵⁰ D. Filipa faleceu aos 55 anos, vítima da peste, o que sugere que seu rosto, à época, estaria distante da perfeição esculpida no monumento. O jacente feminino de D. Filipa carrega um simbolismo centralizado na concepção mais frequentemente evocada em relação à soberana: o ideal de rainha cristã. A escultura da monarca introduziu uma inovação na arte funerária portuguesa da época. Em lugar do tradicional véu que cobria a cabeça das rainhas, D. Filipa foi representada coroada, permitindo a visibilidade de seus cabelos curtos.⁵¹ A expressão de seu rosto segue o mesmo padrão sereno que caracteriza o do marido. Os traços faciais de D. Filipa, assim como a articulação entre o rosto e o tronco, destacada por um pescoço alongado, indicam sua ascendência britânica, conforme apontado por Correia.⁵²

Os ideais construídos em torno da vida e da morte de D. Filipa, presentes tanto nas crônicas régias quanto nos memoriais de pedra do Mosteiro da Batalha, também se refletem no epitáfio inserido em seu túmulo na Capela do Fundador. Esse texto laudatório, assim como o de D. João I, foi redigido em duas versões: uma em latim e outra em português, ambas colocadas por ordem de D. Duarte na lateral do jacente de D. Filipa de Lencastre. O início do epitáfio exaltava D. Filipa como um exemplo de rainha cristã, destacando sua devoção desde a infância e sua instrução nas Escrituras Sagradas. Mencionava ainda sua prática de corrigir os clérigos quando cometiam erros no exercício de suas funções, algo que, segundo relatos de Zurara, também se manifestou enquanto ela

⁴⁹ Para Vergílio Correia, a representação dos rostos dos monarcas aparece também como uma tentativa de retratar bem os fundadores da Dinastia de Avis. CORREIA, Vergílio. *A Arte do Século XV - Obras*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1949, p. 126. A face de D. João na escultura não condizia com o seu estado de saúde e a sua idade avançada, 76 anos, na época em que morreu: esculpiu-se no monumento a imagem de um rei que expressava grande serenidade, humanidade e maturidade de decisão, aquilo que se deve transparecer no rosto real e na face de um líder. Assim o descreveu Fernão Lopes, um homem que “não era sanhudo nem cruell, mas mança e byninamente castiguava: asy que ambas as virtudes que no Rey deve daver, a saber, justiça e piedade, eraõ em elle compridamente”. LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, 1990. v. 2, pp. 2 – 3. A narrativa de Lopes, um dos principais vestígios escritos sobre a personalidade do monarca, aproximava-se da representação esculpida na mais significativa memória material deixada de D. João I para a posteridade. Nesse sentido, Saul Gomes entende que o jacente real representava um rei jovem, por volta dos 30 anos de idade, em associação à imagem de Cristo, simbolizando a ideia de um rei messiânico que falecera na juventude em sacrifício por seu reino e seu povo. Portanto, expressava-se no monumento a sacralização da figura do monarca. GOMES, Saul António. *Vésperas Batalhinhas: Estudos de História e Arte*. Leiria: Edições Magno, 1997, p. 36.

⁵⁰ CORREIA, Vergílio. *Op. Cit.*, p. 126.

⁵¹ RAMÔA, Joana; SILVA, José Custódio Vieira da. *Op. cit.*, 2008, p. 83.

⁵² CORREIA, Vergílio. *Op. Cit.*, p. 126.

A união matrimonial que transcende a morte – Azevedo

recebia os últimos sacramentos em seu leito de morte. O ideal da família real perfeita que se manifestava na própria capela onde jazia também foi mencionado, como Fernão Lopes registraria em sua crônica, Dona Filipa “amou bem e fielmente a seu [muy] nobre marido, tendo gram sentido de numca o anojar, e da boa emsinamça e criação de seus filhos”.⁵³ O epitáfio afirmava que a rainha era amante da paz, porém uma grande defensora da guerra aos inimigos da “verdadeira fé”. Como dissemos, Gomes Zurara narrara alguns eventos que apontavam para a influência da soberana na Conquista de Ceuta⁵⁴, o que provavelmente manifestava-se nesse trecho. A santidade atribuída à rainha pautava-se no discurso da caridade, por meio da prática de esmolas⁵⁵, lembrando também o seu papel enquanto cabeça do séquito feminino da Corte e a sua forte política matrimonial.

Conforme registrado no epitáfio, a rainha D. Filipa foi o modelo e a regra da “virtude conjugal pera casadas, guia, e infino pera donzellas, meyo e occaião de toda a honestividade pera o Reyno: e porque não faltasse em nada, tiveraõ nella os que a serviaõ huma meftra muy discreta, e grave da graça, e galantaria de palacio, e de toda a politica cortezam”.⁵⁶

O discurso sobre as virtudes da rainha cristã associado à imagem de D. Filipa, tal como descrito por Fernão Lopes e Gomes Zurara, apresenta grande afinidade com o conteúdo do epitáfio. Encomendado e, provavelmente, elaborado por D. Duarte, a memória idealizada pelo monarca no túmulo de seus pais parece ter servido como base para a construção das narrativas cronísticas. A arca tumular que abriga os restos mortais do rei e da rainha foi inaugurada em uma grandiosa cerimônia de transladação dos restos mortais dos reis para os túmulos na Capela do Fundador em 14 de agosto de 1434, data que marcava o primeiro aniversário da morte do rei D. João I.

A construção da memória funerária da rainha D. Filipa, associada ao ideal de “união matrimonial que transcende à morte”, reflete uma atuação conjunta de D. João I e de seu filho, D. Duarte. Esse projeto teve início com a transladação dos restos mortais da soberana para o Mosteiro da Batalha em 1416. Inicialmente sepultada em Odivelas, a

⁵³ LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, 1990, v. 2, p. 226.

⁵⁴ Gomes Zurara dedicou parte da *Crônica da Tomada de Ceuta* para narrar a influência da consorte de D. João I na empresa marroquina, não apenas nas decisões do marido, mas no ideal cruzadístico de combate aos infiéis (muçulmanos) e na defesa da Fé Cristã que teria passado aos infantes e como ela incitava o rei e os príncipes a levarem a prática essa questão.

⁵⁵ Conforme Lopes, a monarca era atenciosa e caridosa para com os pobres e os necessitados, sempre concedendo esmolas e doações às igrejas e aos mosteiros. LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, 1990, v. 2, p. 226.

⁵⁶ SOUSA, Fr. Luís de. *Op. Cit.*, p. 662.

A união matrimonial que transcende a morte – Azevedo

transferência de D. Filipa marcou a inauguração de Santa Maria da Vitória como o *Locus Sepulcralis* da dinastia de Avis. A intenção de estabelecer esse espaço como panteão dinástico foi consolidada dez anos depois, quando D. João I redigiu seu testamento, detalhando suas vontades em relação ao monumento funerário do casal real.

No testamento, D. João I estipulou rigidamente quem poderia ser sepultado na Capela Real do Mosteiro. Somente os reis de Portugal poderiam ser enterrados “em alto” ou no “chão” no centro da capela. Nas paredes, poderiam ser colocados jazigos exclusivamente de filhos e netos de reis, vedando-se o espaço a quaisquer outros.⁵⁷ Assim, o Panteão da Batalha não apenas preservava os passados definidos pela genealogia dinástica, entendidos como expressão da vontade divina, mas também reafirmava a hierarquia régia. Essa hierarquia era continuamente propagada por meio das preces e missas realizadas pelos frades dominicanos junto aos jazigos, conforme ordenado pelo Mestre de Avis.

O monumento sepulcral de D. João I e D. Filipa de Lencastre, portanto, cristalizou em pedra uma das mais emblemáticas representações da morte do fundador da dinastia de Avis, consolidando o ideal dinástico e o vínculo conjugal como parte central de sua memória histórica.⁵⁸ O monarca consolidou a escolha do Mosteiro da Batalha como local de repouso eterno ao determinar, em seu testamento, que fosse sepultado ao lado de sua esposa no convento. Em suas palavras, solicitou que seus corpos fossem depositados no “Moesteiro de Santa Maria da Vitoria, que nos mandamos fazer com a rrainha dona Felipa, mynha molher”.⁵⁹ Além disso, especificou que o sepultamento ocorresse dentro do cenóbio, reforçando a importância simbólica e dinástica do local

A união matrimonial que transcende a morte foi materializada pela edificação do sepulcro real. D. João I determinou que seu monumento funerário fosse erguido na Capela do Fundador e, de forma minuciosa, especificou a construção de dois ataúdes — um para

⁵⁷ Testamento de D. João I (1426). Documento publicado em GOMES, Saul Antônio (org.). *Op. Cit.*, 2002, v. 1, pp. 137 - 138.

⁵⁸ A obra executada pelo arquiteto régio Mestre Huguet continha influências estéticas tardo-góticas que se popularizavam no continente europeu. A sua planta quadrangular, desenvolvendo-se do centro a um octógono, em meio à elevação de uma arcada estrelada que no seu centro dava ênfase as armas de D. João I. O monumento funerário possui em suas dimensões 375 cm (de comprimento) X 170 cm (de largura) X 107 cm (de altura), ignorando os suportes que acrescentavam a arca tumular cerca de 77 cm. A arca possui dois ataúdes distintos, como determinado pelo rei no testamento, mas que por suas características estéticas causava a impressão de ser um ataúde único. RAMÔA, Joana; SILVA, José Custódio Vieira da. *Op. Cit.*, p. 80.

⁵⁹ Testamento de D. João I (1426). Documento publicado em GOMES, Saul Antônio (org.). *Op. Cit.*, 2002, v. 1, pp. 134 - 135.

A união matrimonial que transcende a morte – Azevedo

ele e outro para a rainha — formando um grandioso túmulo conjugal. Embora os ataúdes fossem distintos, deveriam compor uma única arca tumular, simbolizando a união eterna do casal real. Em seu testamento, o monarca expressou claramente seu desejo: que ambos repousassem juntos, “em aquell momento em que ella jaaz, nom com os seus ossos dela, mas em humm ataúde, asy e em tall guisa que ella jaça em seu ataúde e nos em o nosso, pero jaçamos ambos em humm momento, asy como o nos mandamos fazer. E esto seja na capella moor, asy como ora ella jaaz”.⁶⁰

Após o falecimento de D. João I, coube ao filho D. Duarte dar prosseguimento a edificação da memória funerária dos pais. Ao falecer em agosto de 1433, o corpo de D. João permaneceu em exposição na Sé de Lisboa por cerca de três meses, permitindo que os súditos prestassem suas últimas homenagens.⁶¹ No final de outubro, teve início o processo de transladação para o Panteão Real da Batalha. Liderado por D. Duarte, o cortejo fúnebre partiu de Lisboa em 26 de outubro, percorrendo um itinerário que incluía importantes espaços sagrados do reino, como os mosteiros de Alcobaça e Odivelas. Após quatro dias, chegou ao Mosteiro de Santa Maria da Vitória.⁶²

No panteão batalhino, o cortejo foi recebido com grande solenidade: todos os bispos trajavam vestes pontificais, acompanhados por membros do clero com paramentos ricos e cruces erguidas. A tumba de D. João I foi novamente carregada pelos infantes. O sermão da cerimônia principal foi conduzido pelo confessor de D. Duarte, o dominicano Frei Fernando de Arroiteia, que seguiu as recomendações do novo monarca para as exéquias.⁶³ A pregação, baseada nos escritos de D. Duarte, enfatizou a idealização da família de Avis, destacando as vidas virtuosas de D. João I e Dona Filipa, bem como o exemplo a ser seguido por seus descendentes, incluindo o rei herdeiro, os infantes, netos e bisnetos.⁶⁴

D. Duarte buscava reforçar a imagem da família real⁶⁵ e da nobreza senhorial portuguesa, cumprindo com rigor as disposições testamentárias de seu pai. Além de

⁶⁰ Testamento de D. João I (1426). Documento publicado em GOMES, Saul Antônio (org.). *Op. Cit.*, 2002, pp. 134 – 135.

⁶¹ DINIS, António Joaquim Dias. *Esquema de sermão de el-rei D. Duarte para as exéquias de D. João I, seu pai*. Braga: Tip. das Missões Franciscanas, 1954.

⁶² PINA, Rui de. *Crónica del Rei D. Duarte*. In: PINA, Rui de. *Crónicas*. Introdução e Revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: LELLO & IRMÃO, 1977.

⁶³ DINIS, António. *Op. Cit.*

⁶⁴ PINA, Rui de. *Op. Cit.*

⁶⁵ TREVISAN, Mariana Bonat. *A primeira geração de Avis: "uma família exemplar"*. 392 f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

A união matrimonial que transcende a morte – Azevedo

garantir que as cerimônias fúnebres do casal real fossem realizadas com dignidade, o novo monarca também dedicou cuidados especiais ao Mosteiro da Batalha, consolidando-o como símbolo do legado dinástico.

O epitáfio⁶⁶ reforçava a bem-aventurada morte da consorte do Rei de *Boa Memória*, que teria sido “fempre muito boa, e fanta, allí a morte nos olhos de Deos foy preciosa, e muito bem-aventurada”. O texto apontava que a soberana cumpriu todos os ritos necessários para a boa morte, recebeu os sacramentos da Igreja, abençoou os filhos, recomendando a cada um “o que entendia que convinha ao ferviço, e honra de Deos, e proveito destes Reynos, e aquillo que esperava lhes fofe accafião de acrecentar, e melhorar na virtude, de tal maneira deu remate aos trabalhos do mundo”.⁶⁷ Então narrou a trasladação dos restos mortais da soberana para o Mosteiro da Batalha um ano após seu sepultamento em Odivelas, sendo “defenterrada no anno adiante em nove de Outubro, foy achado feu corpo inteiro, e fem corrupção, e acompanhado de fuave cheiro, e foy trazido a este Convento polo victoriosíssimo Rey dom João feu marido, e polos fereníísimos Infantes”.⁶⁸

O texto laudatório evocava o ideal do “corpo incorrupto,” entendido como uma manifestação da santidade da rainha. Segundo Ariès, essa interpretação era atribuída aos corpos que permaneciam em boas condições de conservação, “sem corrupção e com suave cheiro,” considerados milagres reservados aos santos.⁶⁹ Acompanhando o simbolismo do monumento fúnebre, o cronista Fernão Lopes relatou dois milagres em vida associados a D. Filipa: sua campanha de orações que teria salvado D. João I enquanto este estava à beira da morte no verão de 1387, e sua intercessão durante o parto do infante D. Fernando, em 1402. Assim, tanto a narrativa cronística quanto o epitáfio reforçavam um projeto de santificação de D. Filipa, celebrado tanto em vida quanto após sua morte.

O primeiro elemento de santidade associado à imagem de D. Filipa surge já nas narrativas sobre o primeiro ano de casamento da rainha com D. João I. De acordo com o Fernão Lopes, após a expedição do duque de Lencastre em Castela, no ano de 1387, D. João retornava a Portugal quando foi acometido por uma grave enfermidade descrita

⁶⁶ SOUSA, Fr. Luís de. *Op. Cit.*, p. 663.

⁶⁷ SOUSA, Fr. Luís de. *Op. Cit.*, p. 663.

⁶⁸ SOUSA, Fr. Luís de. *Op. Cit.*, p. 663.

⁶⁹ ARIÈS, Philippe. *O Homem diante da morte*. São Paulo: Editora Unesp, 2014, pp. 476 – 477.

A união matrimonial que transcende a morte – Azevedo

como uma “grande dor de quentura,” provavelmente uma febre infecciosa causada pelo calor intenso do verão.

D. Filipa, então grávida, foi ao encontro do marido e o encontrou tão debilitado que se deixou tomar pela tristeza. No entanto, permaneceu ao lado do rei, demonstrando força e dedicação, mantendo vigília e orações incessantes pela recuperação do monarca. O sofrimento da rainha foi tão grande que, ao considerar-se uma mulher “mal-aventurada” e próxima de se tornar viúva, acabou por sofrer um aborto espontâneo, perdendo assim o primeiro herdeiro do casal. A situação despertava enorme preocupação entre os portugueses, que, em meio à guerra com Castela, temiam que, na ausência de herdeiros, o falecimento de D. João I deixaria o reino novamente sem sucessor.

Conforme Lopes, o desespero era geral, com todos expressando o temor de que “como Portugal per sua morte de todo ponto era perdido”.⁷⁰ Quando parecia que o rei não resistiria à febre, o cronista introduz o elemento do maravilhoso em sua narrativa: um “milagre” ocorre, e as preces de D. Filipa são atendidas:

[...] senam tornavase ao mui alto Deos e a sua preciosa Madre, roduando ameude em suuas devotas orações que se quisesse amercear do seu desemparo, e asy como Mestra da Mesiricordia provese de saude ao seu desejado marido, aa quall aprouve por sua merce inpetrar tanta graça do seu Bemto filho que el Rei começou de convalecer e melhorar pera saude, cousa que nam foi em menos comta theuda como se resuscitara da morte a vida.⁷¹

O segundo elemento de santidade associado à rainha, evocado tanto no epitáfio quanto na crônica de Fernão Lopes, refere-se às narrativas sobre a gravidez e o parto do infante D. Fernando. D. Filipa engravidou de D. Fernando aos 41 anos de idade, uma fase da vida que, especialmente na Idade Média, representava elevados riscos para a saúde e a vida da mulher durante a gestação.

Em junho de 1402, a monarca encontrava-se “enferma de febre e fraca” e foi viver em Santarém para repousar. Os físicos recomendaram a interrupção da gravidez devido ao perigo iminente, e o próprio rei, D. João I, ofereceu ervas abortivas para preparar um xarope. Contudo, D. Filipa recusou firmemente o tratamento, declarando que não seria homicida de sua própria carne. Resignada à vontade divina, afirmou que preferia morrer a sacrificar a vida do filho.

⁷⁰ LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, 1990. v. 2, p. 257.

⁷¹ LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, 1990. v. 2, p. 257.

A união matrimonial que transcende a morte – Azevedo

Entregando-se às orações, a rainha ordenou que fosse buscada a relíquia do Santo Lenho na Igreja do Marmelar. Atendendo aos pedidos da consorte, D. João I apoiou a manifestação de fé da rainha. Contra todas as expectativas médicas, no dia 29 de setembro de 1402, nasceu D. Fernando, batizado em homenagem ao rei antecessor e meio-irmão de seu pai. O nascimento foi interpretado como milagroso, prenunciando a vida de martírio e santidade do infante.⁷²

O epitáfio e a representação de D. Filipa em seu túmulo refletem as memórias construídas por Fernão Lopes e Gomes Zurara, destacando as duas maiores virtudes atribuídas à rainha cristã: a devoção religiosa e a fidelidade conjugal. Essas qualidades foram imortalizadas na escultura tumular, onde a soberana é representada segurando um livro de orações na mão esquerda, símbolo de sua piedade, enquanto sua mão direita toca a do marido, D. João I, em um gesto que expressa a união conjugal.

A arca tumular compartilhada por D. João I e D. Filipa foi uma escolha deliberada, carregada de intenções propagandísticas, com o objetivo de afirmar o casal régio como modelo de virtude e pilar de sustentação de uma nova dinastia. Essa virtuosidade transcenderia a vida terrena, apresentando-os como tutores simbólicos do reino mesmo após a morte, reafirmados pela sua reunião na Capela do Fundador, no Mosteiro da Batalha.

Essa visão de unidade e continuidade dinástica se consolidaria com a edificação dos túmulos dos filhos do casal real nas laterais do monumento, completando o círculo da idealização da família de Avis.⁷³ Esse projeto, promovido por D. Duarte, reforçava a imagem de uma dinastia virtuosa e unida, concebida como o alicerce espiritual e político do reino.

Considerações Finais

O estudo da memória funerária de D. Filipa de Lencastre, contextualizada nos séculos XIV e XV, analisa como a imagem da rainha foi construída e agenciada como instrumento político e dinástico pela Casa de Avis. Ao longo do texto, exploramos os diversos aspectos simbólicos, religiosos e culturais que circundaram sua vida, morte e memorialização, destacando a centralidade do Mosteiro da Batalha nesse processo.

⁷² AZEVEDO, Hugo Rincon. A morte do infante e o nascimento do santo: narrativas sobre a morte em martírio de D. Fernando (1402-1443). *Revista Mythos*. Ano VI, Número IV, Imperatriz - MA, 2022.

⁷³ TREVISAN, Mariana Bonat. *Op. Cit.*

A união matrimonial que transcende a morte – Azevedo

A representação de D. Filipa no contexto da união matrimonial que transcende a morte, como materializado na arca tumular compartilhada com D. João I, exemplifica a intenção de consolidar a legitimidade e a continuidade da dinastia. O gesto simbólico das mãos entrelaçadas, imortalizado na pedra, reforça o discurso do casal régio como modelo de virtude, unificando os ideais de devoção cristã, fidelidade conjugal e fertilidade dinástica. Esses elementos se tornam evidentes não apenas na escolha estética do monumento, mas também nas narrativas cronísticas e epitáfios que exaltam as qualidades da soberana.

Os relatos de Fernão Lopes e Gomes Zurara mostram como a construção da memória de D. Filipa foi intencionalmente idealizada, alinhada com os interesses políticos e religiosos de D. João I e D. Duarte. As virtudes atribuídas à rainha – como sua devoção, papel de educadora, modelo de consorte régia e influência nas questões políticas e militares – não apenas garantiram sua veneração como figura central da dinastia, mas também foram instrumentos de legitimação do poder régio.

O Mosteiro da Batalha emerge como o *locus* privilegiado da dinastia de Avis, sendo cuidadosamente planejado para abrigar a memória dos fundadores e de seus descendentes. A monumentalidade do espaço funerário e sua simbologia reforçam a continuidade dinástica e a sacralidade do poder régio, perpetuando para as gerações futuras a imagem idealizada de uma família real virtuosa.

Além disso, a narrativa da morte de D. Filipa, caracterizada pela “boa morte” cristã e pela santidade, contribuiu para consolidar sua memória como rainha eleita por Deus. A celebração de sua santidade na vida e na morte, evidenciada pelos milagres atribuídos à soberana, insere-se em um projeto de construção de uma história dinástica marcada pela predestinação divina e pelo papel ativo das figuras régias na condução do reino.

Portanto, nossa análise sobre a construção da memória funerária de D. Filipa de Lencastre nos permite compreender como as práticas simbólicas e narrativas desempenharam um papel crucial na legitimação do poder e na consolidação de uma identidade política e religiosa no período tardo-medieval português. Assim, a análise do Panteão da Batalha e da representação da rainha revela-se não apenas um testemunho histórico, mas também uma expressão concreta das estratégias políticas, artísticas e espirituais que fundamentaram a dinastia de Avis.